


ID: 132	Reconquista	Tiragem: 11 000	Página: 01 e 10	
Data: 12.12.2019		País: Portugal	Âmbito: regional	
		Periodicidade: semanal		



APROVADA A REESTRUTURAÇÃO  
Presidente do IPCB  
explica caminho a seguir

REORGANIZAÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO

## Presidente explica caminho a seguir

**SUPERIOR** A aprovação da proposta de reorganização do IPCB pelo Conselho Geral não basta para a sua implementação. O processo tem agora novas fases.

Lídia Barata  
lidia.barata@reconquista.pt

A reorganização do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) tem sido mote noticioso nas últimas semanas. Apesar dos prós e contras, o Conselho Geral (CG) aprovou, dia 2, uma proposta que seguirá agora alguns passos até ser implementada. O presidente do IPCB explica o caminho a seguir, dos seis cenários apresentados ao CG, a 18 de setembro, "quatro foram propostos pela equipa que desenvolveu o estudo e dois construídos a partir da apresentação desse trabalho aos diretores das escolas, aos presidentes dos conselhos técnico-científicos, aos elementos do Conselho Coordenador da Investigação (CCI) e a toda a comunidade académica". Venceu o cenário A, que cria nove novos departamentos, repartidos por quatro novas escolas, no âmbito das Artes Aplicadas e Educação; Saúde e Desporto; Tecnologia e Ciências Agrárias; e Informática e Gestão, "áreas de conhecimento que estão de acordo com a Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação". António Fernandes garante que "a proposta de reestruturação organizacional teve um acolhimento positivo e suscitou um debate abrangente e

profícuo". O presidente foi incumbido pelo CG para "diligenciar para que se proceda à implementação da proposta aprovada". Tendo sempre em vista, "reforçar a massa crítica para a criação de grupos (fortes) de investigação e de formação, em áreas estratégicas determinantes para o IPCB; garantir a articulação entre a multidisciplinaridade e a existência de áreas fortes de formação e de investigação, respeitando a identidade de cada uma; e otimizar a gestão de recursos (humanos, materiais e físicos)". Além de criar "estruturas administrativas menos hierarquizadas, mais simples e flexíveis, baseadas em modelos que permitam a responsabilização pela obtenção de resultados". Confiava ainda que promovia "novas ofertas formativas, alinhadas com as novas escolas e que respondam às atuais necessidades da sociedade". E com isso, espera "ganhos de atratividade pela especificidade e natureza inovadora das formações". Reforçar a ligação ao tecido empresarial e institucional continua a ser fundamental, sendo essencial "apostar em iniciativas conjuntas, geradoras de especialização tanto no contexto do ensino e investigação como da prestação de serviços que melhorem a dinâmica de



António Fernandes presidente do IPCB

atração, captação e fixação de jovens e técnicos qualificados na região". Criados os novos departamentos, será feita a consequente afetação de docentes. E só depois será escolhida a sua designação final e, posteriormente, de cada uma das quatro novas escolas, tarefa, garante António Fernandes, "cabendo aos órgãos do IPCB". A revisão estatutária e sua aprovação pelo CG será a última etapa deste caminho. Este processo, reitera, "pretende repensar o IPCB e

aproveitar o efeito sinérgico" resultante dos objetivos já referidos e, por outro lado, ganhar "maior dimensão (escala)", o que permite "definir estratégias próprias e capacitar a instituição para o futuro, reforçando a sua afirmação no panorama nacional e internacional". A procura de novos estudantes e as restrições orçamentais motivaram também esta reorganização, tal como a necessidade de melhorar "a eficiência e eficácia organizacional, garantindo a articulação, transversalidade e

complementaridade entre áreas do conhecimento e a otimização de recursos".

ESGIN A proposta apresentada ao CG foi contestada por retirar autonomia à Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova (ESGIN). Mas António Fernandes garante que "as formações que atualmente funcionam em Idanha-a-Nova manter-se-ão lá, na esfera do departamento de Ciências Empresariais e Jurídicas e associação deste ao futuro departamento de Informática, o que reforçará e valorizará o conjunto e promoverá novas ofertas formativas". Este responsável considera "tratar-se de um reforço para o território", bem como para "o impacto da escola".

Reitera que este foi um processo "amplamente participado", pelos diretores das escolas, os presidentes dos conselhos Técnico-científicos e Coordenador da Investigação e ainda pelas sessões realizadas nas seis escolas, para toda a comunidade académica. "Como é evidente, todo o processo deverá merecer a apreciação e pronúncia por parte dos órgãos estatutários do IPCB, aliás como consta na deliberação do CG", um contributo pertinente "quando se estiver perante propostas concretas que incluam a

afetação dos docentes aos novos departamentos e a sua designação, tal como das novas escolas".

Quanto ao alegado descontentamento dos estudantes, António Fernandes contrapõe, alegando que, "na generalidade, os estudantes concordam com a proposta aprovada", pois "também estão representados no CG" pelos seus pares eleitos, a quem cabe agora "encontrar a melhor forma de escutar os colegas" e levar esses contributos ao CG, reiterando a sua disponibilidade para "receber e escutar os estudantes".

Reconquista perguntou ainda ao presidente do IPCB se garantia que a decisão do CG representa a vontade da maioria da comunidade académica, ao que respondeu afirmativamente. "Penso que sim. A proposta foi aprovada na presença de 21 conselheiros, com 15 votos a favor, três abstenções e três votos contra", pelo que, "a votação reflete a indiscutível vontade dos conselheiros em implementá-la", afirma, recordando que "o CG integra conselheiros legitimamente eleitos pela comunidade académica que representam (professores e investigadores; funcionários não docentes; estudantes) e conselheiros cooptados propostos pelos membros eleitos".